DO NOVO SINDICALISMO AO PÓS-GOLPE DE 2016: UM PANORAMA DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO BRASIL

Gustavo Giovanny Dos Reis Apóstolos[1]

RESUMO

Este artigo é fruto de uma revisão bibliográfica sobre o tema da organização sindical no Brasil, recuperando os traços mais fundamentais da organização dos trabalhadores desde o apogeu do novo sindicalismo até a atual conjuntura pós-golpe de 2016. A pesquisa demonstra que dado o aprofundamento da ofensiva do capital, que se manifesta também nas contrarreformas trabalhistas e previdenciárias e em especial após as jornadas de junho, também na conjuntura que depôs Dilma Rousseff e na chegada de Jair Bolsonaro à presidência; a organização sindical tem protagonizado lutas mais defensivas, concluindo que os tempos vindouros serão difíceis para o sindicalismo brasileiro.

Palavras-chave: Sindicalismo. Golpe. Brasil.

ABSTRACT

This article is the result of a literature review on the theme of union organization in Brazil, recovering the most fundamental traits of workers' organization from the heyday of the new unionism to the current situation after the 2016 coup. The research demonstrates that given the deepening of the offensive by the capital, which is also manifested in the labor and social security counter-reforms and especially after the June days, also the coup that deposed Dilma Rousseff and the election of Jair Bolsonaro; the union organization has been leading more defensive struggles, concluding that the coming times will be difficult for Brazilian unionism.

Keywords: Unionism. Coup. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Tornou-se comum e verdadeira a afirmação de que o sindicalismo brasileiro perpassa por um declínio de representação, tanto no que diz respeito ao número de filiados, como no teor majoritariamente defensivo das lutas dos trabalhadores; o que é bem diferente de quatro décadas atrás e ainda mais distante do que foi a sua

[1] Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutorando e mestre em Serviço Social pelo PPGSS/UFJF. E-mail: reisgustavo23@gmail.com

gênese quase revolucionária do sindicalismo nos países de capitalismo central. As jornadas de junho de 2013 evidenciam o declínio desta maneira de organização da classe trabalhadora, sobretudo pelo rechaço que os sindicatos e também partidos sofreram quando da ocorrência das manifestações. O fenômeno foi o estopim para que houvesse uma ascensão da extrema direita e uma agudização do conservadorismo, com a continuidade de governos subservientes ao capital financeiro e com intensificação da retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, colocando e recolocando os desafios já antes antevistos para a organização da classe trabalhadora nos sindicatos.

O artigo recupera a discussão bibliográfica sobre o tema, iniciando no contexto do *novo sindicalismo* no Brasil, na intenção de reiterar os aspectos mais centrais das lutas dos trabalhadores naquele período por melhores condições materiais de vida, bem como pela redemocratização brasileira e por participação efetiva na vida política. Tem-se que o período é fecundo para a análise do sindicalismo brasileiro na contemporaneidade, especialmente porque se refere a um momento singular de ascensão e de lutas mais combativa, autônomas e de base; e em alguma medida se distanciam das lutas protagonizadas na segunda década do século XXI. Perpassa pela inflexão ideológica e prática da CUT, em 1991, levando ao conformismo e ao corporativismo sindical da central sindical hegemônica, em uma correspondência à correlação de forças daquele período; em um primeiro momento.

Dada a tímida recuperação econômica dos anos 2000 e um crescimento no número de greves, surgem novas centrais sindicais brasileiras, sustentando a disputa pela hegemonia do movimento sindical que apresenta consensos, dissensos, alianças e rompimentos. Conjunturalmente, verifica-se que em virtude da necessidade de realização do valor, a propaganda da flexibilização do trabalho com a promessa de geração de emprego, faz com que a classe trabalhadora protagonize, predominantemente, pautas defensivas. Agrava-se ainda o quadro com a ofensiva conservadora que, no Brasil, manifesta-se com a vitória de Jair Bolsonaro e as (contra)reformas da legislação trabalhista, dentre outras manifestações conservadoras. Por fim, considera-se que o lépido declínio da organização dos/as

trabalhadores/as, como uma condição presente, inibe o ressurgimento de reivindicações classistas e ofensivas à classe dominante.

2 ENTRE A ASCENSÃO E O DECLÍNIO DO MOVIMENTO SINDICAL PÓS-1970

A situação do Brasil, especialmente no que se refere à organização da classe trabalhadora no final da década de 1970, sofre uma ascensão vertiginosa no número de greves e de manifestações públicas. O cenário em tela é reflexo da evidente insatisfação com a ditadura civil-militar, Netto (2014), que vigorava desde o ano de 1964, penalizando sobremaneira a classe trabalhadora com os traços internacionais de *contrarrevolução preventiva*, redesenhando os interesses da internacionalização do capital[2] e levando à ascensão de um estado antinacional e antipopular, guiando o Brasil a um estágio mais avançado do capitalismo monopolista. Em modo de elucidação, no âmbito da ditadura civil-militar, tornou-se um consenso admitir que se tratou-se de uma *longa noite* para o sindicalismo brasileiro (ANTUNES, 1985), com a repressão através da prisão - e por vezes o desaparecimento - dos militantes sindicais e populares; do silenciamento da imprensa pela censura governamental, do arrocho salarial e do alto custo de vida; fazendo insurgir os movimentos pelo custo de vida. (APÓSTOLOS, 2018)

Mesmo que, ainda sob o véu da autocracia burguesa (NETTO, 2014) e que o clima e a conjuntura nacional fosse de perseguição implícita aos manifestantes de esquerda, as medidas de repressão não significaram a derrota do movimento sindical e dos movimentos populares. Inúmeras manifestações resistiram ao regime militar e, cada vez mais, a população pedia o fim da ditadura. O número de grevistas, no final dos anos de 1970, chegava ao número dos 20 milhões de manifestantes, dando consistência ao que a literatura da área denomina de *novo sindicalismo* (FRANÇA, 2013; MATTOS, 2009). Apesar de não haver a legalidade

[2] "Três eram os objetivos dessa cruzada contrarrevolucionária, aliás todos interligados: 1) adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países a um novo momento da dinâmica capitalista, marcado por uma acentuada internacionalização do capital; 2) golpear e imobilizar os protagonistas sociais e políticos interessados em resistir a este processo, que conduzia as periferias a uma relação mais subalterna e dependente em face dos centros imperialistas; 3) enfim, combater em todo o mundo tendências políticas e ideológicas alternativas ao capitalismo e/ou conducentes a vias socialistas" (NETTO, 2014, p. 75)

dos sindicatos e partidos de esquerda; Bernardo (2000) chama a atenção de que, nesta condição e dispondo de quase nenhum recurso financeiro - sobretudo verbas de fundos de pensão -, as organizações conseguiram aglutinar a massa de trabalhadores nas ruas, praças, assembleias e demais manifestações, favorecendo a luta pela redemocratização brasileira e por uma nova constituinte. Tratou-se de um momento ímpar no que se referiu à ascensão de movimentos mais combativos, de lutas anticapitalistas pela base dos/as trabalhadores/as, favorecendo a construção e consolidação de organizações classistas, pelo menos até então, em defesa da classe trabalhadora e seus interesses imediatos e históricos.

Pleiteando pautas que vão além do caráter puramente econômico, e buscando maior organização e unidade na/para a luta, surge, em 1983 a Central Única dos Trabalhadores, a CUT que, juntamente com o Partido dos Trabalhadores, PT, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST, protagonizaram um dos momentos de maior ascensão do movimento trabalhista e de reforma agrária, fazendo oposição à Collor e FHC, condensando o processo que constituiu o *novo* sindicalismo. A reação contrária ao movimento classista também fez emergir alianças conservadoras para o acirramento da correlação de forças, como é o exemplo da criação da Central Geral dos Trabalhadores. No interior desta central sindical, desenvolveu-se o “sindicalismo de resultado” que, opondo-se às propostas da CUT, defendia o abandono da luta político-partidária no interior dos movimentos sindicais e, na mesma medida, defendia que a negociação e a conciliação com a classe patronal eram a condição para que o sindicalismo crescesse em número de filiados e de arrecadação. Propagandeava-se o discurso de que o que cabe ao movimento sindical discutir são os acordos; excluindo, inclusive, o papel do Estado como intermediário e mediador desse processo. Também, outras alianças materializaram a criação da Força Sindical, em 1991, central reconhecidamente corporativista (TRÓPIA, 2004), intensificando a correlação de forças no plano do sindicalismo nacional.

O contexto nacional e internacional aponta para um cenário de crise clássica de superprodução (MANDEL, 1985), surgindo uma onda longa recessiva e de estagnação, fazendo com que o ímpeto da alienação pelo trabalho e pelas

condições daí adversas aponte para uma fragmentação e uma pulverização da luta organizada. Observa-se que o capitalismo mundial requer a valorização de suas taxas de lucro que sofrem uma tendência de queda e, para tanto, necessita-se de ajustes no mundo do trabalho que permitam a acentuação da exploração da mercadoria força de trabalho (MARX, 2013), para o favorecimento de investimento em capital constante, na intenção de se elevar a produtividade e, consequentemente, a acumulação. Tais ajustes são legitimados através do Estado com as *contrarreformas* trabalhistas e previdenciárias, bastante evidenciada com os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. No Brasil, com a vitória de Lula pelo Partido dos Trabalhadores ao pleito presidencial de 2003, verifica-se que, no âmbito da valorização do mercado, o então presidente nomeia Henrique Meirelles, ex-deputado do PSDB, para a presidência do Banco Central; o que demonstra que o governo do PT prossiga com os ajustes fiscais do governo de Fernando Henrique Cardoso. Já a CUT, a partir do seu IV Congresso Nacional sofre uma “curvatura” teórica e ideológica, mudando radicalmente o caráter de suas reivindicações classistas para o caráter corporativista (ARBIA, 2010) o que evidencia uma queda no âmbito reivindicativo: seja pela manutenção de direitos e/ou a sua ampliação. Singer (2012) afirma que o então presidente manteve nos anos iniciais de governo os cortes públicos, o aumento dos juros e, em certa medida, estabeleceu que o PT favoreceu um reformismo fraco. A receita do lulopetismo, além de agradar ao capital externo, conjugou programas sociais focalizados aos pobres, em uma dinâmica que “serviu à dois senhores” (MARQUES; MENDES, 2007), pois na medida em que ampliou e focalizou o acesso à determinadas políticas/programas sociais/setoriais, também garantiu valorização das taxas de lucro; retroalimentando o mercado de subconsumo através da transferência de renda na salvaguarda de realização do valor.

No âmbito da exploração da força de trabalho, Alves (2002) demonstrou que a precarização, acentuada na primeira década dos anos 2000, atinge trabalhadores que possuem e que não possuem estabilidade; o desemprego constitui-se como pilar da “década neoliberal”, os sindicatos incorporam a premissa da pedagogia empresas, adequando-se à lógica capitalista. Soma-se, a tantos retrocessos, a

síndrome do “medo”, onde, objetivando manter a sua subsistência, os trabalhadores optam por não fazerem reivindicações, por mais pacíficas que sejam. A terceirização como regra, também traz a piora na vida e no trabalho de uma massa de trabalhadores, em escala global, evidenciando os sintomas de destruição do trabalho e reafirmando os desafios e dificuldades da organização sindical (ANTUNES e DRUCK, 2003; ANTUNES, 2018). Em contrapartida e colocando em evidência as lutas dos trabalhadores, contrasta-se que, em determinados momentos, houve um crescimento do número de greves e de manifestações trabalhistas, como dizem Armando Boito e Paula Marcelino (2010). Para os autores que estabelecem um diálogo com Rodrigues, ocorreu um novo ciclo de greves[3] que trouxe uma nova fase de recuperação do movimento sindical que foi desencadeada pelo tímido crescimento econômico, uma ligeira recuperação dos níveis de emprego, dentre outras evidências. Em síntese, durante a década houve a criação de cinco novas centrais sindicais: Conlutas, Intersindical, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Nova Central Sindical e a União Geral dos Trabalhadores. Também alertam que as duas últimas “representam, fundamentalmente, a parte mais conservadora do sindicalismo brasileiro - conhecida, tradicionalmente, pela designação de “pelegos” (idem, p. 328); encadeando disputas pela hegemonia do movimento sindical nacional.

3 ANTES E DEPOIS DO GOLPE: TENDÊNCIA DE DECLÍNIO DAS LUTAS SINDICAIS NO BRASIL?

É importante a análise de que se observa determinada heterogeneidade no campo da “esquerda”, que apresenta consensos e dissensos. Os sindicatos e os partidos, nos países de capitalismo central, findam o século XX gozando de má reputação e pouca capacidade de organizar a classe trabalhadora (BIHR, 2010). A respeito do Brasil, no âmbito das reivindicações, as Jornadas de Junho de 2013, em

[3] Os autores demonstram que, no contexto entre 2004 a 2008, as greves que preferem chamar de “ofensivas”, reivindicavam questões como a participação nos lucros e resultados das empresas. Alves (2002) alertou que o pagamento de PLR, por parte de algumas empresas, atribui ao trabalhador/a a ideia de ser um *sócio/a* da empresa, na premissa de que quanto maior a produtividade da empresa, maior será a porcentagem do trabalhador/a no ano subsequente; o que realça o cenário de amortecimento de do caráter combativo das reivindicações trabalhistas.

plena *crise de governabilidade* da presidenta Dilma Rousseff, evidenciou-se por um lado a contradição atual da luta de classes, sobretudo através das diversas bandeiras econômicas e políticas que os populares levantaram; e por outro, o rechaço que as instituições de defesa dos/as trabalhadores/as sofreram nos atos (ANTUNES, 2018). Organizada, primeiramente, pelo Movimento Passe Livre, em São Paulo, cuja reivindicação principal foi o aumento da tarifa de ônibus, o movimento serviu de estopim para que outras diversas reivindicações acontecessem em inúmeras outras capitais brasileiras e cidades do interior, onde a setores da direita conseguiram protagonismo[4].

Surgem, posteriormente, novas manifestações populares pela saída do PT da presidência, com o discurso de combate à corrupção, sobretudo inclinados pelo suposto envolvimento do partido no desvio de verbas de empresas públicas, com destaque para a Petrobras. O movimento trabalhista classicamente organizado, como é o caso dos sindicalistas, perpassa por uma *crise*[5] de maior envergadura no que diz respeito à capacidade de organização para além de mudanças no nível da superestrutura, como alterações de dispositivos legais, reposição salarial, etc. Crise esta que advém de processos sócio históricos mais abrangentes, tendo no novo padrão de produção e de acumulação/centralização de capital, em seu estágio de financeirização e de mundialização (CHESNAIS, 1996) as causas mais evidentes. Acentua-se, ainda, a ofensiva neoliberal (ANDERSON, 1995) que minimiza o Estado social em favorecimento do Estado para o capital, do mesmo modo que emerge o *pós-modernismo*, que em linhas gerais, não busca o rompimento com as relações estruturais de (re)produção de valor e de exploração do trabalho, camuflando as demandas imediatas e históricas da classe trabalhadora em primazia da linguagem, e, em síntese, reivindica a luta pelas individualidades em primeiro plano, em prejuízo da luta de classes.[6]

O desgaste do governo do PT, pouco após a reeleição de Dilma, serviu como estopim para que o então presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha,

[4] Uma obra de relevância e que analisa o cenário é "Ódio como política: a reinvenção da nova direita no Brasil", organizada por Esther Solano Gallego, lançada pela Editora Boitempo, em 2018.
[5] Recomendo a leitura de Netto (1995), para aproximação ao tema.
[6] À este respeito, indicamos a obra de Wood (1999),

aceitasse o pedido de *impeachment* da presidenta, aprovado em 31 de agosto de 2016, configurando o que Braz (2017) considerou ser um "golpe nas ilusões democráticas" e levando à ascensão do conservadorismo reacionário. Neste cenário de crise econômica, política e social, as autoras Galvão e Marcelino (2018) afirmam que as seis centrais sindicais oficialmente reconhecidas estiveram alinhadas ao governo Dilma até à sua deposição. Para as autoras, as centrais sindicais demoraram cerca de oito meses para pautar uma greve geral, ocorrida somente no dia 28 de abril de 2017. É importante observar que, para as autoras, a CUT, quando do afastamento da Dilma, coletou assinaturas para que não houvesse reforma trabalhista no governo Temer e, a CSP-Conlutas[7], por sua vez, manteve o discurso do "fora todos", iniciado quando do aceite do processo de *impeachement*.

Galvão e Marcelino (2018) afirmam que houve um grau de alinhamento entre as centrais sindicais brasileiras, no entanto, oscilaram em algumas perspectivas; à exemplo da CUT, CSP-Conlutas, Intersindical e CTB - não de forma veemente – que estiveram dispostas a barrar as contrarreformas do governo Temer[8], já a Força Sindical, UGT, CSB, NCST e CGTB, estiveram dispostas a negociar com o presidente interino. Um dado interessante para as análises no contexto do golpe, é que as centrais sindicais conseguiram mobilizar timidamente sua base para as manifestações públicas; no entanto, o protagonismo da mobilização foi dos movimentos sociais, em especial o MST, MTST e o movimento de mulheres. À tudo isto, as autoras acreditam que os tempos vindouros serão difíceis para o sindicalismo brasileiro, especialmente após 2013, considerando que o ciclo de "ofensividade" das greves dos anos 2000 sofreu uma reversão desta característica, dada a conjuntura que se apresenta. O desdobramento deste cenário foi concluído com a aprovação da reforma trabalhista instituída pela Lei nº 13.467/2017, ainda no governo interino de Michel Temer, precarizando ainda mais as relações de trabalho para os trabalhadores formais e alterando mais de cem pontos da Consolidação das Leis do Trabalho; e ao mesmo tempo convergindo para uma redução da taxa de

[7] Em um Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT) no ano de 2010, votou-se pela transformação da Conlutas em CSP-Conlutas. A referida, para além das questões econômicas, pleiteia o socialismo no seu programa e no seu estatuto, além de reunir, também, movimentos sociais diversos.

[8] Dentre elas, a contrarreforma da CLT, e a PL 4330.

sindicalização que girou em torno de 15%, a menor em cinco anos.[9] Acrescenta-se ainda a Lei 13.429/2017, que dispõe sobre terceirização de atividades-fim; a Emenda Constitucional nº 95 que estabelece o congelamento dos "gastos" públicos por vinte anos.

Em virtude das ações orquestradas e do antipetismo consensual, no dia 07 de abril de 2018, o ex-presidente Lula se entrega à prisão na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em uma sentença proferida pelo juiz Sérgio Moro, em um desdobramento de uma ação da Operação Lava Jato[10]. A conjuntura contemporânea parece desafiar ainda mais os sindicatos e os movimentos combativos na busca de seus objetivos imediatos e seus objetivos históricos. O PT e a CUT, por sua vez, não têm convocado as massas, ou, se convocam, não têm obtido adesão por parte majoritária dos trabalhadores, como nos fins de 1970 e início de 1980. Suas ações tem se dado no âmbito da justiça, ainda que parcela significativa dos seus militantes esteja convencida da parcialidade[11]. Um dado interessante a se observar foi o do surgimento da campanha "Lula Livre", do qual muitos militantes e sindicatos fizeram parte; com exceção da CSP-Conlutas que, em um primeiro momento, não aderiu a esta campanha. Também é importante ressaltar que esta manifestação por parte da CSP-Conlutas não corresponde ao posicionamento de todos os/as militantes da Central Sindical e Popular.[12].

A vitória do ex-capitão Jair Bolsonaro, na eleição de 2018, revela o afinamento do atual presidente com a agenda de contrarreformas das políticas de emprego e renda, da privatização dos bens e dos serviços públicos, da agenda anti-ambiental, da repulsa pelas manifestações de identidade (negro/a, LGBTQIA+, indígena, mulheres, etc), à favor da indústria bélica; dentre outros retrocessos. Sua

---

[9] Conforme dados do IBGE, disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/22954-sindicalizacao-cai-para-14-4-em-2017-a-menor-taxa-em-cinco-anos>, acesso em 27/07/2021.

[10] O site The Intercept, em junho de 2019, revelou algumas mensagens *hackeadas* do juíz Sérgio Moro com o procurador do MPF, Deltan Dellagnol. O teor das conversas revela a parcialidade do julgamento em que o ex-presidente foi réu. À época da prisão de Lula, à título de observação, a CSP-Conlutas manifestou em suas redes que era contra a liberdade do ex-presidente, diferido, nesta postagem, da opinião de diversos militantes.

[11] Tem-se, como exemplo, o discurso de que a prisão de Lula foi um "golpe" político com apoio do judiciário e, ao mesmo tempo, reivindica-se a reversão do ato nas instâncias judiciais.

[12] Conforme Apóstolos (2018).

forma de campanha foi marcada pela ausência de debates que foram transmitidas por TV e Rádio, sobretudo após a facada que sofreu no dia 06/09/2018, em Juiz de Fora; sendo marcada também pela (des)orientação da opinião pública através das *fakenews* pelas redes sociais e grupos de WhatsApp. Em um primeiro momento, o nome de Bolsonaro tem servido ao capital concernente à sua taxa de valorização, sobretudo porque suas propostas, como, por exemplo, a (contra)reforma da previdência, afagou o mercado financeiro que assistiu à valorização especulativa das bolsas, do dólar, e das ações de mercado após o anúncio da sua aprovação em primeiro turno. Também, as eleições de 2018 demonstraram o aguçado grau de alienação da classe trabalhadora que, em linhas gerais, ficou explícito com a continuidade de um Congresso Nacional mais conservador desde a ditadura civil-militar.

O governo de Jair Bolsonaro já tem desagradado alguns setores e, mesmo que existam divergências com setores do legislativo[13], o processo de aprofundamento de penalização da classe trabalhadora segue o curso. Pinto et.al. (2019) demonstram que a crise de acumulação resultou em algumas medidas impenitentes, como a reforma trabalhista e a PEC dos gastos. Os interesses externos têm sido os maiores beneficiados, sobretudo porque ainda se observa demasiada crise social, política e econômica no Brasil. No que se refere às estatísticas de greve, os números continuam em queda: Se afirmamos acima que, em 2017, a taxa de sindicalização beirava os 15%; no ano de 2019 a taxa de sindicalização foi de 11,2% (IBGE, 2020). Um dos fatores que corrobora com a hipótese da queda da taxa de sindicalização é a reforma trabalhista de 2017, a qual retirou a obrigatoriedade do pagamento de contribuição sindical para o sindicato que representa determinada categoria. Quanto ao número de greves, em 2019, houve também um decréscimo de mais de 20% em relação ao ano anterior, e o número

[13] Referindo a uma divergência entre Bolsonaro e Rodrigo Maia que, entre farpas, colocou em votação a reforma da previdência. Ver matéria em: https://oglobo.globo.com/economia/apesar-de-crises-do-governo-maia-reafirma-compromisso-de-votar-reformas-no-congresso-23745362 <Acesso em 07/07/21>

total de greves chegou a 1.118, sendo a maior parte delas de caráter defensivo[14]. De acordo com a 108ª Conferência Internacional do Trabalho, no ano de 2019, o Brasil figurou entre os 10 piores países do mundo para se trabalhar, considerando a precarização das relações de trabalho (BRASIL…, 2019), colocando e recolocando os desafios e caminhos do movimento sindical na atualidade.

Prestes a findar três anos de posse, o (des) governo de Jair já alcança rejeição nacional e internacional, crises diplomáticas, continua manifestando declarações racistas, misóginas, sexistas e homofóbicas; onde brasileiros e estrangeiros protestam e resistem, com organização frágil. O número de greves, em 2020, caiu para 649 e, ao mesmo passo, evidenciou-se o aumento do seu caráter defensivo (DIEESE, 2021), podendo um dos motivos ser a pandemia do coronavírus, cuja medida principal para conter a transmissão é o distanciamento social. O governo federal adotou a estratégia de contágio coletivo (CALIL, 2021) resultando em mais de meio milhão de mortes; muito provavelmente para distribuir propina e faturar com as negociações obscuras que rondavam o Planalto, conforme investigações em andamento[15] da CPI da Pandemia. Na conjuntura do *trabalho sob o fogo cruzado* e do *capital pandêmico* (ANTUNES, 2020), observa-se a intensificação das Tecnologias de Informação e Comunicação, acentuando vertiginosamente o trabalho remoto, quando possível, e também acentuando o crescimento das plataformas de prestação de serviço pelo que se tem denominado de uma *uberização* do trabalho; com traços ainda mais precários[16] do que o trabalho formal. Algumas centrais sindicais brasileiras, inspiradas por centrais sindicais francesas, convocaram protestos *online* e reuniram cerca de 400 manifestantes virtuais na 'porta' do Ministério da Economia (CENTRAIS…, 2020) e, dado o número de mortes em escala crescente e por razões de insustentabilidade do custo de vida e do descaso do governo federal com a população, presenciou-se, em meados de

[14] "Em 2019, 82% das greves incluíam itens de caráter defensivo na pauta de reivindicações, sendo que mais da metade (53%) referia-se a descumprimento de direitos e pouco menos da metade (46%), à manutenção de condições vigentes." (DIEESE, 2020, p. 5)
[15] Até a data de fechamento deste artigo, dia 10 de agosto de 2021.
[16] Como, p. ex. a oscilação de ganhos mínimos, a manutenção dos próprios meios de produção, ausência de direitos do trabalho; como férias e décimo terceiro salário, abono salarial, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e benefícios previdenciários, caso não sejam contribuintes.

2021, o retorno de manifestantes pelo fim do governo Bolsonaro, em diversas cidades, de forma presencial e por redes sociais.

Segue em curso o assolamento das medidas de penalização dos/as trabalhadores/as, especialmente com a aprovação do texto base da Medida Provisória nº 1045, em 10/08/2021, autorizando redução da jornada de trabalho e de salário, ampliando os ganhos do capital com a possibilidade de extração de mais-valia relativa por este mecanismo; ao passo que permite que empresas possam contratar trabalhadores/as sem vínculo e sem a obrigatoriedade do pagamento de férias. Um cenário que se observa dada a conjuntura que se apresenta, é de amortecimento ou um quase desaparecimento das lutas sindicais ofensivas, quando estas existem em um caráter mais ou menos reformista; inclinando atualmente para a defesa do que ainda existe referente aos direitos trabalhistas. Nestas análises incipientes, o “moinho satânico” - para referir a Karl Polanyi (2000) ao se referir ao mercado - poderá fazer surgir novas revoltas populares. A certeza que se tem é que não chegamos nem ao fim da história e, por isto mesmo, não compete atestar de forma definitiva a derrota da luta dos/as trabalhadores/as.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos afirmar que a ofensividade do capital no que se refere a realização do seu valor e, consequentemente, condiciona a uma piora nas relações de trabalho, tem colocado limites muito estritos de avanço das lutas sindicais, especialmente no que se refere a alcançar conquistas materiais. A reação sindical, pelo menos nos últimos trinta anos, foi majoritariamente defensiva diante das contrarreformas orquestradas e aprovadas pelas classes dominantes. Contrarreformas estas que são compostas pela flexibilização dos contratos de trabalho, pelas crescentes demissões, pelo incentivo dos mecanismos de exploração que condicionam o trabalhador a arcar com os custos das suas matérias e meios para a produção, ajustes que retiram determinado poder de barganha dos sindicatos; organizações que se curvam para tais ajustem e que agem por oportunismo. Contudo, também é importante delimitar que mesmo diante deste quadro, ocorrem organizações de oposição, o que carece mais análise e

observações rigorosas, sobretudo porque as organizações de oposição enfrentam situações praticamente idênticas aos quais direcionam a sua crítica.

No contexto em que se forja o golpe, em 2016, o sindicalismo intensifica suas ações no âmbito defensivo, sofrendo os impactos imediatos e históricos das sucessivas derrotas. A tendência de greves defensivas que se manifestavam já no início de 2010 se manteve ao longo da década, situando o Brasil no *Top 10* dos piores países para se trabalhar, em termos de direitos trabalhistas e relações de trabalho. Contemporaneamente, verifica-se a existência de uma intensa amortização da luta dos trabalhadores/as organizados/as, sobretudo após as eleições de 2018, e com a posse de um presidente mundialmente conhecido pela sua postura governamental anti diplomática, cujos atos seguem alinhados com a negação da vida e da ciência; o que revela, em primeira instância, uma conjuntura desfavorável para conquistas da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. **Trabalho e sindicalismo no Brasil: Um balanço da "década neoliberal".** In: Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 19, p. 71-94, nov. 2002.

ANDERSON. Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs) **Pós neoliberalismo: as politicas sociais e o Estado democrático**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

ANTUNES, R. **O que é sindicalismo**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. **A terceirização como regra?** Revista do Tribunal Superior do Trabalho, São Paulo, v. 79, n. 4, p. 214-231, out./dez. 2013.

ANTUNES, R**. O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob o fogo cruzado. São Paulo: Boitempo,
2020.

APÓSTOLOS, G. G. D. R. **Uma reflexão sobre as Resoluções da CSP-Conlutas: uma via para o socialismo?** (2012 - 2015). Dissertação de mestrado (PPGSS/UFJF), Juiz de Fora, 2018.

ARBIA. A. A. **Contornos de uma práxis sindical: curvatura teórica e ideológica nas concepções e práticas da Central Única dos Trabalhadores.** 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há espaço para os sindicatos?** São Paulo: Boitempo, 2000.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 2010.

BOITO JR., A.; MARCELINO, P. O Sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. In: **CADERNO CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 323-338, Maio/Ago. 2010

BRASIL é incluído entre os dez piores países do mundo para se trabalhar. In: **Agência Senado (Senado Notícias)**, online, 2019. Disponível em: http://https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2019/07/brasil-e-incluido-entre-os-dez-piores-paises-do-mundo-para-se-trabalhar Acesso em 03 ago. 2021.

BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. In: **Revista Serv. Soc. Soc**. nº 128, 2017.

CALIL, G. G. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021

CENTRAIS sindicais fazem 'protesto virtual' em frente ao Ministério da Economia. In: **Estadão (on line)**, 2020. Disponível em https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,centrais-sindicais-fazem-protesto-virtual-em-frente-ao-ministerio-da-economia,70003357641 Acesso em 14 de jul. de 2021

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996

DIEESE. Balanço das greves de 2019. **Estudos e Pesquisas**. nº 93, 2020.

DIEESE. Balanço das greves de 2020. **Estudos e Pesquisas**. nº 99, 2021.

FRANÇA, T. **Novo sindicalismo no Brasil**: histórico de uma desconstrução. São Paulo: Cortez, 2013.

GALVÃO, A.; MARCELINO, P. O sindicalismo brasileiro diante do golpe. In: Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva; Lilian Balmant Emerique; Thiago Barison. (Org.). **Reformas institucionais de austeridade, democracia e relações de trabalho**. 1 ed.São Paulo: LTr, 2018, v. 1, p. 85-96.

GONÇALVES, Tatiana. **A reorganização sindical no governo Lula:** Um estudo sobre a Conlutas e a Intersindical. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2014.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019**, 2020.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARQUES, R.M; MENDES, A. **Servindo a dois senhores: As políticas sociais no governo Lula.** Rev. katálysis vol.10 no.1 Florianópolis Jan./June 2007

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo, Expressão Popular, 2009

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, J. P. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014

PINTO, Eduardo Costa; et. al. **A GUERRA DE TODOS CONTRA TODOS E A LAVA JATO: a Crise Brasileira e a vitória do Capitão Jair Bolsonaro.** Textos para discussão. Instituto de Economia, UFRJ, 2019.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SINGER. André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo, Cia. das Letras, 2012.

TROPIA, P. **O impacto da ideologia neoliberal no meio operário - um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical**. Campinas/SP; 2004.

WOOD, E. M. O que é agenda pós-moderna? In: WOOD, E. M; FOSTER, J. P. (org.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.